

## **ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA: O BRASIL PARA ALÉM DE SEU LITORAL**

ROMENIA DE SOUSA\*

### **RESUMO**

Desde antes da chegada dos europeus às terras brasileiras (1500), a questão territorial teve atenção especial, o que pode ser notado através da assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494). Segue-se a partir daí inúmeras negociações que darão origem a tratados e acordo que resultarão na delimitação que configura o território brasileiro atual. Contudo manter e integrar território com tamanha dimensão, muitas vezes requer empreendimentos de grande vulto. Sendo assim em diferentes momentos e contextos da história do Brasil assistimos a ações governamentais e algumas de cunho privado que visam integrar e desenvolver as diferentes regiões do país de maneira a torná-las economicamente viável. Neste cenário a região Centro-Oeste, aqui em destaque o Estado de Goiás, sua capital Goiânia e sua Região Metropolitana, vão desempenhar papel valoroso. Desta maneira apresenta-se neste artigo algumas dinâmicas que fizeram deste recanto do país um espaço geoeconômico que o compatibiliza, na atualidade, com as realidades das regiões mais desenvolvidas, a saber, sudeste e sul, desde seus elementos de economia global mecanizada à suas mazelas, marcada por uma rápida urbanização que engendrou nestes rincões uma realidade sócio-espacial com nítida segregação e fortes desigualdades de naturezas variadas.

**Palavras Chave:** Território; desenvolvimento; urbanização.

### **ABSTRACT**

Even before the arrival of Europeans to Brazil (1500), the territorial issue was object of special attention that resulted in the signing the Treaty of Tordesillas (1494). As a consequence, many negotiations leading to treaties and agreements resulted in the delimitations of the current Brazil territory. It required much large scale efforts to maintain and integrate a territory of such extension. So at different epochs and contexts throughout the history of Brazil, governmental and private sector undertook actions to integrate and develop different regions of the country as to make them economically viable. In this scenario, the Midwest, particularly the state of Goiás, its capital - Goiânia - and metropolitan areas, is a major player. This article presents some of the dynamics that have made this region a present day geo-economic player that rivals most of the developed neighbors in the southeast and south. The article addresses some of the elements of a global mechanized economy and its problems, characterized by rapid urbanization, social segregation and inequalities.

---

\* Graduada em História pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iporá, especialista em Docência do Ensino Superior pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestranda em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER) pela Universidade Estadual de Goiás. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

**Keywords:** Development, territory, urbanization.

## INTRODUÇÃO

Historicamente sabe-se que a ocupação do território brasileiro pelas nações europeias se deu a partir da porção leste do continente americano- área banhada em toda sua extensão pelo oceano Atlântico, fato que foi decisivo em seu processo de controle e colonização no século XVI e ainda hoje lhe serve de suporte para diferentes empreendimentos.

Porém diante da conhecida dimensão territorial do Brasil, pode-se perguntar, como se realizou o processo de expansão de sua área, do litoral rumo ao interior? Que interesses teriam motivado tão ação? Como foi possível manter a unidade de área tão extensa? Alguns desses questionamentos já são alvo de vários estudos e esclarecimentos por parte da historiografia tradicional, como o processo da mineração e do bandeirismo que trouxeram para o interior do Brasil várias pessoas e investimentos da coroa portuguesa. Contudo para além do já conhecido, haveriam outras motivações para tamanha empreitada? E ainda, após o início da República (1890) como se deu esse processo de integração nacional? Novamente poderíamos perguntar, que interesses moveram o governo central?

Na tentativa de elucidar algumas das motivações e ações desencadeadas pelo governo português na época de seu domínio no Brasil e posteriormente, já na República, pelos estadistas brasileiros, no sentido de ocupar e integrar o interior do Brasil de forma a torná-lo econômica e politicamente útil é que elaboramos este artigo.

Para desenvolvê-lo teremos como referência a região Centro-Oeste do Brasil, de forma mais específica, o Estado de Goiás. Por que esta escolha? No século XV, mais precisamente em 1494, os reinos de Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Tordesilhas, de acordo com este documento a linha que dividia os territórios de Portugal e Espanha na América, ficava exatamente sobre o que hoje chamamos de Estado de Goiás, deixando suas terras sob domínio dos dois reinos. Sendo assim, cada reino se ocuparia da administração de sua parte. Contudo já é sabido que não foi isto que ocorreu, na verdade o reino português acabou por exercer seu domínio e influência para além dos limites do mencionado tratado, como cita Lemes (2013:186) “por meio do estímulo à fundação de vilas e cidades e da implantação de aparatos

administrativos, jurídicos e religiosos, o rei de Portugal buscou consolidar sua presença estratégica na fronteira oeste da América portuguesa. Nesse aspecto, a segunda metade do século XVIII assistiu à ocupação da região como forma de estabelecimento das bases materiais do domínio português frente ao domínio espanhol”. Fica assim explicitada a importância estratégica do território central/goiano para a coroa portuguesa, o que justifica sua escolha para a elaboração deste estudo.

### **O CENTRO-OESTE NO CENTRO DAS POLÍTICAS NACIONAIS**

Goiás é uma das 27 Unidades Federativas que compõem o Brasil e um dos três Estados (junto com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) que formam a região geopolítica denominada Centro-Oeste. Sua localização geográfica, no centro do país, mais especificamente, no chamado Planalto Central<sup>1</sup>, que inicialmente foi tida como motivo para seu parco desenvolvimento – por outros até de seu atraso: distância do litoral, da antiga capital federal (Rio de Janeiro) e dificuldade de acesso; paulatinamente mostrou o inverso, pois sua centralização espacial lhe confere a possibilidade de fazer limites com diferentes regiões do país o que lhe garante e garante uma ampla gama de oportunidades políticas e econômicas.

Lemes apresenta-nos que, já no período colonial brasileiro, se delineava a importância geopolítica goiana: “As estratégias adotadas pela diplomacia portuguesa imprimiam, em dois sentidos um novo rumo ao projeto de Lisboa para as minas de Goiás. Em primeiro lugar, foi criada a capitania de Goiás, (...) Em segundo lugar, o desmembramento da Capitania de São Paulo permitiu a criação das capitanias de Goiás e Mato Grosso” (LEMES, 2013:186). Estas duas ações administrativas vão resguardar os domínios portugueses e ainda, fortalecer a importância de Goiás no cenário nacional.

No período imperial da história brasileira, mantem-se as ações no sentido de conservar a unidade nacional e redimensionar seu potencial econômico, nas palavras de Moraes (2002:116) “controlar a terra e o trabalho, e expandir fisicamente a economia nacional constituem os alicerces do pacto que expressa bem a ótica geopolítica que o fundamenta.” Neste contexto a região Centro-Oeste, em específico o Estado de Goiás passará a estar no centro das políticas imperiais:

---

<sup>1</sup> A região central brasileira é comumente chamada de “planalto central” devido à característica aplainada do seu relevo e por se localizar bem no meio do país.

*Em síntese, ali onde a história pouco fornece para a elaboração de uma identidade nacional, os argumentos de índole geográfica vão possibilitar a elaboração de discursos legitimadores onde o país é visto como um espaço, e mais, um espaço a ser conquistado e ocupado. O padrão discursivo básico do século XIX que conforma essa concepção estrutura-se em torno do conceito de civilização, atribuindo, portanto, à monarquia brasileira uma missão civilizadora. Construir o país é levar a civilização aos sertões, ocupar o solo é subtrair os lugares da barbárie.” (MORAES, 2002:118).*

Posto desta maneira podemos identificar claras intenções de controlar o espaço brasileiro em todas as suas dimensões, para isto tornava-se necessário estabelecer estratégias que promovessem a ocupação, integração e desenvolvimento de diferentes pontos do território nacional, o que se verificará com veemência a partir do final do século XIX, período que coincide com o fim do Império e início da República brasileira.

Será a partir do advento da República, quando se busca demonstrar que o Brasil estava de fato vivendo um novo momento político e econômico, pautado por novas expectativas, agora construídas sob a égide do conceito de modernização, “pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação” (MORAES, 2002:121). Assim, as ações implementadas pelo Estado brasileiro ganharão maior dinamismo e investimentos. Serão programas e projetos voltados para diferentes regiões do país, os quais buscarão contemplar os mais variados setores da economia.

Neste contexto, as diferenças regionais, há muito alvo de atenção administrativa, retornarão à cena nacional e as medidas por ele desencadeadas irão repercutir diretamente sobre as regiões centrais do Brasil – região Centro-Oeste, norte e o litoral nordeste: “ Assim, a política de desenvolvimento regional global é substituída por programas específicos (polos, regiões-programas) que insistem na articulação da região com a totalidade - e não mais na articulação intra-regional.” (VAINER, 1992:25). Ou seja, as regiões que “ainda” não haviam se adequado ao novo modelo de desenvolvimento brasileiro serão agora alvo de medidas que buscarão enquadrá-las às exigências do momento.

Nos anos de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, tem-se principal atenção à necessidade de investimentos na área de infraestrutura e de desenvolvimento da indústria de base, buscando assim colocar o país em um novo patamar econômico que lhe afastasse

gradativamente do aspecto de mero agroexportador vinculado à monocultura, nas palavras de Vainer (1992:18) “O setor industrial vai assumir, progressivamente, o comando da economia nacional, deslocando a agro exportação para uma posição subordinada e consolidando como classes a burguesia e o operariado urbano-industrial modernos.” Assim temos o nascer de uma nova fase para o país, agora mais industrial e urbana, sem contudo se desvincular do setor agrário, tendo vista que mesmo na área rural, haverão fortes investimentos no sentido de promover a mecanização das práticas agrícolas integrando campo e cidades à lógica do capitalismo globalizado.

*Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se, recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana, mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. É desse modo que se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações. (SANTOS, 2008:88).*

Todas as mudanças empreendidas a partir da implementação dos meios técnico-científico-informacionais vão incidir sobremaneira sobre as novas formas de viver, trabalhar e de ocupação do espaço geográfico, seja na cidade ou no campo, como se pode verificar a partir do Estado Novo (1937-1945), quando serão tomadas medidas que buscarão integrar e dinamizar diferentes regiões do Brasil, de modo a adequá-las ao novo propósito de desenvolvimento, a saber, a modernização da economia e fortalecimento do setor industrial.

Neste cenário a região Centro-Oeste terá importância estratégica, se destacando paulatinamente no cenário nacional e recebendo cada vez, mais investimentos: “Na primeira metade da década de 1940 [...] o governo brasileiro adotou uma série de medidas com vistas à efetiva inserção dessa vasta extensão de território à federação nacional” (MACIEL, 2012:29.). Inserção esta que de fato se verificará ao longo de todo século XX.

Dentre as medidas adotadas pelo então governo Vargas, que deixa à mostra o interesse pela colocação do Centro-Oeste em definitivo no cenário político e econômico nacional está a chamada Marcha para o Oeste “dotada de claro conteúdo ideológico, no sentido da justificação do novo regime, a campanha continha forte apelo ao sentimento nacionalista da

população brasileira” (MACIEL, 2012:32), alinhada a esta campanha figura a criação da Fundação Brasil Central<sup>2</sup> – FBC, em 1943.

Esteve entre as ações desenvolvidas pela FBC na região Centro-Oeste: a constituição da Firma Entrepósitos Comerciais Brasil Central Ltda., a Usina Central Sul-Goiana S/A; a Estrada de Ferro Tocantins- EFT; a implantação de vias terrestres de transporte e rotas de comunicação; além de empreendimentos de menor vulto, como a instalação de uma fábrica de cal em área pertencente ao município goiano de Caiapônia e investimentos em hortifruticultura, apicultura, extração de madeiras, serviços hospitalares, transporte, restaurantes, indústrias de beneficiamento de cereais, cerâmicas, dentre outros<sup>3</sup>.

Governos posteriores, como JK (1955-1960), dão continuidade aos projetos de “construir o país objetivando-se em agressivas políticas territoriais, num esforço de produção de espaços ímpar na história brasileira” (MORAES, 2002:125). Vale mencionar que, como meta síntese do projeto de JK estava a mudança da capital federal do Rio de Janeiro – situado no litoral, para Brasília, localizada no planalto central brasileiro, conformando assim sua proposta ao “velho projeto geopolítico de interiorizar a capital, associado a um extenso plano viário” (MORAES, 2002:125). A mudança da capital para o Brasil central e a concentração de investimentos na ampliação da malha viária interligando a nova sede do governo às diferentes regiões do país vão mudar sobremaneira a face das áreas centrais do país.

Apontados todos estes fatos, fica demonstrado - ao contrário do que é propalado por alguns pesquisadores- que Goiás, desde seus tempos primórdios, foi e é um território de grande importância para as estratégias políticas de desenvolvimento e manutenção da unidade territorial nacional. Como nos mostra o estudo de Lemes sobre Goiás nos períodos colonial e imperial.

*A estratégia política levado a cabo é evidente, pois, por meio da criação de vilas e da instalação de fortificações, a iniciativa portuguesa estabeleceria total domínio sobre essa região, fechando-a aos espanhóis. Neste contexto, os enormes esforços e grandes investimentos realizados nessa fronteira entre os dois impérios eram estimulados por um olhar entrecortado que indicava a necessidade de garantir a*

<sup>2</sup> “A FBC tinha por finalidade, segundo o ato de sua criação, de desbravar e colonizar as zonas empreendidas nos altos rios Araguaia e Xingu e no Brasil Central e Ocidental” (MACIEL,2012:33).

<sup>3</sup> Além das ações desenvolvidas pela FBC citadas neste trabalho outras podem ser conhecidas através da leitura do trabalho de Maciel, Estado e Territórios na Hinterlândia Brasileira: as ações da Fundação Brasil Central (FBC) 1943-1967.



*Portugal a posse sobre a maior extensão territorial possível, preservando os espaços ocupados e suas riquezas naturais. (LEMES, 2013:193-195).*

E ainda reforça esta importância nos períodos subsequentes da história brasileira as palavras de Moraes (2002:127) “A região problema” dos anos 50 é desfocada ao mesmo tempo que se revalorizam os espaços de fronteira com forte incentivo ao avanço das frentes pioneiras no Centro-Oeste e na Amazônia”.

## **A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA GOIANA**

No momento em que os desejos de mudança motivam ações para a ampliação dos investimentos e alteração do perfil político e econômico nacional e internacional brasileiro, a região Centro-Oeste, em especial o Estado de Goiás, recebe especial atenção, pois entendia-se que sua atuação poderia contribuir sobremaneira para a garantia do bom andamento das políticas governamentais de desenvolvimento e integração nacional. Como destaque, vale mencionar, já em 1933, o apoio e incentivo dado pelo governo central à fundação de uma nova capital para Goiás. Capital esta que representasse os novos momentos que o país vivia, tendo em vista que a antiga capital, Cidade de Goiás, por sua localização, topografia e ainda por questões de cunho político não parecia poder cumprir bem as exigências do novo momento histórico que o país se propunha a trilhar.

*Goiânia mudou definitivamente o perfil e o eixo de povoamento em Goiás. Estimulou a migração, dinamizou a economia regional, mobilizou recursos, pois se tratava não de mais uma cidade, mas de uma capital que deveria representar o progresso, a modernidade. (ARRAIS, 2007:102 apud PINTO, 2009:39).*

Desta forma, em 1933 é fundada a cidade de Goiânia. Cidade construída dentro dos padrões das chamadas “cidades planejadas”, inspirada no modelo francês das “cidades Jardins”, com ruas largas, arborizada, com setores organizados por funções bem definidas e ainda, beneficiada por uma topografia que, ao contrário da antiga capital lhe possibilitava expandir espacialmente sem maiores dificuldades, como sugere a ideia de uma capital.

*No aspecto intra-urbano, Goiânia nasceu diferenciada, devido seu plano urbano radio-concêntrico - moderno para o período de 1930 no país - e o seu zoneamento*

*rígido e funcional dos setores comerciais, industriais e dos setores residenciais, embasados nos moldes das cidades-jardins. Assim, seu plano se organizou como uma réplica do plano urbano de Versalles, na França, não se esquecendo da arquitetura Art'Deco que modelou sua paisagem, conforme destaca Ferrari (1986). Segundo Johnson (1974), estes planos radio-concêntricos com cidades-jardins se tornaram modismo que expressavam estilo monumental reprodutor do poder. (PINTO:32).*

Contudo, Goiânia, que foi planejada para 50 mil habitantes, já em 1950, dezessete anos após sua fundação, contava com 55.423; em 1970 já se registrava 380.773; em 2000, 1.093.007, hoje conta com cerca de 1.430.697 conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Como pode se verificar, entre 1950 e 1970, o índice populacional cresce em média 587 %, conforme Santos este fato teria sido estimulado pelo fim da Segunda Guerra Mundial- o aumento das taxas de natalidade e decréscimo de mortalidades em virtude dos progressos sanitários, melhorias nos padrões de vida e a urbanização- e após os anos de 1970, impulsionado pelo êxodo rural promovido em grande parte pela expansão do capitalismo no campo e início do processo de mecanização intensiva do espaço rural.

*No que diz respeito à expansão da fronteira, a estratégia adotada no período recente privilegiou a grande propriedade agropecuária, desta forma reduziram-se sensivelmente as possibilidades de absorção de população na fronteira, seja pela dificuldade de acesso à terra, seja pelo fato de as grandes propriedades voltarem-se tipicamente para atividades pouco intensivas em mão de obra. (ABLAS, 1985:139).*

A falta de oportunidades para a permanência da população rural no campo, foi um dos fatores que promoveu a chegada de novos moradores à cidade de Goiânia, desencadeando mudanças de toda ordem, contudo por hora iremos nos ater àquelas relacionadas à ocupação do espaço urbano e a criação da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), por entender que a partir deste olhar poderemos identificar o surgimento de uma nova realidade urbana - diversa daquela pensada por seus projetistas, bem como o surgimento de inúmeros contrastes socioeconômicos intra-regionais.

*Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas, em todas elas problemas como o desemprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos. (SANTOS, 2013:105).*



Enfim, a RMG nasce e se estrutura em um contexto comum à muitas outras regiões metropolitanas do país, todavia vale lembrar que, como foi dito anteriormente, Goiânia surgiu de um projeto de cidade planejada, se apresentando como destaque urbanístico no cenário nacional porém o crescimento populacional desordenado forçou a fuga (e por que não dizer o fim) do projeto inicial e deu início à criação de novos setores que pouco pareciam com a parte planejada e central da cidade, pois enquanto aquela possuía ruas largas e arborizadas, praças e parques, os novos setores nasciam com toda sorte de ausências: desde infraestrutura básica como ruas asfaltadas, rede de água tratada e esgoto, a praças, serviço públicos etc.

O crescimento vertiginoso de Goiânia em tão curto espaço de tempo levou em 1980, à criação do Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLUG) composto por 10 municípios. Porém esta organização teve pouca duração, levando os municípios do AGLUG<sup>4</sup> formaram as bases para, em 1990, se criar a Região Metropolitana de Goiânia (RMG), formada inicialmente por 11 municípios, hoje conta com 20 unidades municipais.

*Lei Complementar número 27, de 30 de dezembro de 1999 fica criada a Região Metropolitana de Goiânia – GRANDE GOIÂNIA, na forma prevista no artigo 4. Inciso I, alínea ‘a’, e nos artigos 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goianópolis, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. (PINTO, 2009:49).*

Dentre os 20 municípios da RMG, três deles sofreram de imediato os impactos do crescimento da capital goiana, Senador Canedo, Trindade e Aparecida de Goiânia, pois foram também eles que receberam boa parte dos novos moradores que chegavam à Goiânia e não tinham condições de ali se fixarem, desta forma, buscando ficar o mais perto possível da capital se dirigiam às cidades de seu entorno, que pelo valor dos loteamentos e imóveis favorecia o estabelecimento destes recém-chegados. Assim os municípios vizinhos acabaram crescendo juntos com a sede da RMG “Paralelamente ao crescimento das aglomerações grandes e muito grandes há lugar também, para o aumento do número das cidades intermediárias e das respectivas populações.” (SANTOS, 2013:93).

---

<sup>4</sup> O AGLUG passou, posteriormente, a ser denominado de Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, a RDIG.

Como a sede de muitas regiões metropolitanas, inicialmente Goiânia respondia pela centralidade regional “a centralização urbana estaria calcada na polarização da metrópole e seu raio de ação, na sua região, pelo veio produtivo e funcional” (PINTO, 2009:23), ou seja, para lá convergiam trabalhadores e demais pessoas que buscavam pelos bens e serviços por ela ofertados: trabalho, estudo, atendimento médico de diferentes áreas etc, e se viam beneficiados pela facilidade de acesso àquele centro urbano.

*No entanto, o núcleo organizacional da cidade continua muito forte. Seus arredores de bairros recentes e de semifavelas, povoadas com pessoas sem raízes e desorganizadas, lhe conferem um poder exorbitante. A gigantesca aglomeração quase informe permite aos detentores dos centros de decisão os piores empreendimentos políticos. (LEFEBVRE,2001:17).*

Três municípios da RMG, Senador Canedo, Trindade e Aparecida de Goiânia já se conurbaram<sup>5</sup> com a Metrópole e com ela passaram a dividir seus benefícios e dificuldades. Por muito tempo esses municípios foram vistos apenas como “cidades dormitórios” fato que já vem sendo questionado por alguns estudiosos, tendo em vista que, mais recentemente, a exemplo de Aparecida de Goiânia é possível verificar um processo de maior autonomia política e econômica, nas palavras de Saquet

*Uma contra-urbanização, que significa o deslocamento de atividades e pessoas de cidades maiores (metropolitanas) para menores, desconcentração e dispersão; em uma escala na qual as articulações sociais e territoriais, através das redes são fundamentais, o que vai favorecer, nesse caso, a difusão de atividades econômicas e indivíduos no território. (SAQUET, 2007:94).*

Tomo como exemplo Aparecida de Goiânia pois, por se localizar na parte sul da capital, área beneficiada por uma topografia mais plana e possuir boas possibilidades de acesso e comunicação – BR153, GO-040, Avenida Rio verde (esta última serve de limite entre os dois município -Goiânia e Aparecida de Goiânia), foi um dos três municípios citados que mais viveu os impactos do rápido crescimento goianiense, sem contudo não negar os impactos também sofridos por Senador Canedo e Trindade .

---

<sup>5</sup> Trata-se de um fenômeno urbano percebido quando duas ou mais cidades se desenvolvem uma ao lado da outra, de tal forma que acabam se unindo como se fosse “apenas uma”; passando assim a compartilhar de vários elementos.

*Na conurbação Aparecida, sua vinculação maior se dá, evidentemente, devido à localização na região sul de Goiânia, por outro lado, é uma conurbação integrada à quase todas as áreas da porção centro-sul da capital, pois a extensa área limitada com Goiânia e as várias vias e rodovias de acesso possibilitam esse comportamento. (PINTO, 2009:68.*

## **APARECIDA DE GOIÂNIA, ANTES E DEPOIS DO NASCIMENTO DA NOVA CAPITAL GOIANA**

Aparecida de Goiânia surgiu da doação de terras feita por um fazendeiro à Igreja Católica em 1922 e permaneceu na condição de povoado até se emancipar em 1963. Seu processo de elevação à condição de município foi resultado da união de interesses políticos públicos e privados que juntos promoveram a ocupação do solo urbano aparecidense, interesses estes que deram origem a uma ocupação espacial fragmentada, que favoreceu ao longo do tempo o fortalecimento das desigualdades sócio econômicas e da segregação espacial e social de seus habitantes, muitos dos quais, como falado anteriormente, produtos da impossibilidade de habitarem na Grande Goiânia.

*O município de Aparecida de Goiânia, por exemplo, foi criado neste contexto, no início da década de 1960, e é exemplo do processo de metropolização de Goiânia, pois tanto sua expansão urbana quanto o parcelamento de seu solo urbano ocorreram a partir da demanda crescente de lotes a baixos preços, próximos à capital, o que denota o atrelamento desses dois processos ao crescimento da metrópole. (PAULA, 2013:37 apud PINTO, 2009).*

Desta forma Aparecida de Goiânia inicia sua emancipação já com o grande desafio de absorver parte do contingente populacional goianiense e a ele adequar seu espaço urbano. Esta situação fará recair sob Aparecida de Goiânia o estigma de cidade periférica, “etimologicamente, o termo periferia se refere àquilo que se encontra fora da esfera, fora da *core área*, ou seja, não participa ativamente das manifestações centralizantes.” (PINTO, 2009:118) e toda a carga ideológica que este termo carrega: abandono, miséria, violência, porém torna-se necessário olhar para além apenas do sentido etimológico e entender esse processo como resultado de condições não só espaciais, mas acima de tudo, das ações de seus agentes sociais.

Durante as décadas de 1970 -1990 o cenário urbano aparecidense será marcado por contrastes que revelarão a segregação e desigualdade a que estava submetido o município. Contudo este quadro de descaso irá se apresentar de tal maneira, que passará a chamar a atenção tanto do poder público, quanto da iniciativa privada. Mais uma vez o Estado irá se mover no sentido a atender aos interesses do capital.

*Com relação à reestruturação do espaço intra-urbano das cidades, Gottdiener (1993, p. 72) argumenta que ela é o resultado direto de “ações e de interesses especiais, que atuam através de uma articulação entre o estado e o setor imobiliário e estão associados à reurbanização [...]”. Ou seja, o poder público age em favorecimento da ação da iniciativa privada em reconfigurar as funções da cidade, fragmentando os nichos de comando. (PINTO, 2009:98).*

As ações desencadeadas pela administração pública irão promover mudanças significativas na realidade urbana de Aparecida de Goiânia, o próprio poder público irá desenvolver mecanismos para tentar corrigir os problemas urbanos em que os resultados acabarão por influir na mudança dos modos de vida de sua população: aumento da infraestrutura no setores mais antigos; crescimento do comércio e ofertas de serviços básicos à população; início do processo de industrialização; surgimento de novos bairros; dentre outros, dando assim origem a novas centralidades urbanas.

*A formação de novas centralidades em Aparecida de Goiânia. Ao mesmo tempo em que se condicionam estruturas espaciais marcadas pelo descaso do poder público, ocorrem o fomento de áreas privilegiadas, que aparentemente buscam solapar a relação de desigualdade e dependência da cidade em questão. (PINTO, 2009: 116).*

Todavia apesar dos avanços e melhorias ainda veremos se manter a desigualdade na oferta e acesso de boa parte da população a estes benefícios, pois encontraremos bairros em que os moradores contam com toda sorte de aporte, como o setor Vila Brasília, e outros onde faltam desde asfalto, transporte urbano em quantidade suficiente para atender à demanda populacional, a hospitais ou mesmo postos de saúde e escolas públicas, como o Madre Germana.

*O que ocorreu foi um crescimento urbano, desvinculado em sua maioria do planejamento, havendo ínfima melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, e a reprodução da precariedade social [...] o estabelecimento de uma situação de*

*submissão entre os grupos sociais com menor poder econômico e os grupos sociais mais favorecidos economicamente.[...] com um enorme contingente populacional distribuído por um território com precária infraestrutura básica, os seus cidadãos estão segregados espacialmente e muitos tem que diariamente se dirigirem para Goiânia em busca de emprego e escolas. (PINTO, 2009:103).*

Assim, podemos perceber, através da breve análise aqui proposta que Goiás, apesar de sua efetiva ocupação posterior ao restante do território brasileiro, possui relevante papel no processo de integração e desenvolvimento nacional e em específico, Aparecida de Goiânia se apresenta como mais um dentre tantos municípios brasileiros marcados pelo rápido e desordenado crescimento urbano, que ao buscar atender e servir aos interesses do capital em detrimento da realidade social, cria condições de (sobre)vida que comprometem a sociedade como um todo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABLAS Luís Augusto de Queiroz; FAVA Vera Lúcia. **Dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro** -Vol. II – São Paulo: IPE-USP, 1985.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Transformação agrária. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo S. (Org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMES, Fernando Lobo. **Goiás na arquitetura geopolítica da América portuguesa**. Tempo (Niterói. Online), v. 19, p. 185-209, 2013.

MACIEL, Dulce Portilho. Estado e território na hinterlândia brasileira: as ações da Fundação Brasil Central (FBC) - 1943-1967. In: MELLO, Marcelo de; OLIVEIRA, Eliézer C.; SILVA, Ademir Luiz da. (Org.). **Território, cidades e cultura no Cerrado**. Anápolis: Editora da UEG, 2012, v. 01, p. 39-64.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002

PAULA, Flávia Maria de Assis. **Jovens Migrantes na Metrópole de Goiânia: práticas espaciais, (re)territorializações e redes de sociabilidade**.( Tese de Doutorado) – UFG Goiânia, 2013.

PINTO, José Vandério Cirqueira. **Fragmentação da metrópole:** constituição da região metropolitana de Goiânia e suas implicações no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia (Dissertação) – UFG Goiânia, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA Maria Laura. **O Brasil:** Território e sociedade no início do séc. XXI- Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal- Rio de Janeiro: Record, 2008

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira-** São Paulo: Edusp, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VAINER, Carlos B.; ARAÚJO Frederico Guilherme. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional.** Rio de Janeiro: CEDI, 1992.